



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

24/06/2016 - Telesíntese

Anatel muda agenda regulatória do biênio

Os cinco projetos que terão prioridade total da Anatel no segundo semestre serão: reavaliação do modelo de gestão da qualidade do serviço de telecom; reavaliação do modelo de gestão de espectro; reavaliação do modelo de outorga e licenciamento; reavaliação do regime e escopo dos serviços de telecom; reavaliação dos processos de acompanhamento e controle e reavaliação da metodologia do PPDUR (preço da frequência). A franquia da banda larga também está na lista, mas apenas para avaliação do impacto regulatório e não para decisão final.

O conselho diretor da Anatel aprovou ontem, 24, importantes mudanças na agenda regulatória do biênio 2015/2016, com a inclusão de 15 novos projetos e a definição de prioridade total para cinco projetos estruturantes, e redefinição de um novo modelo de cálculo para os preços de público das frequências, retirada de prioridades de projetos menos relevantes.

Os projetos prioritários para o segundo semestre são: Consulta Pública

Reavaliação do modelo de gestão da qualidade de serviços –

- Reavaliação da Regulamentação de TUP
- Reavaliação da Regulamentação sobre Interrupções

2 Reavaliação do modelo de gestão do espectro-
Consulta Pública

3 Reavaliação do Modelo de Outorga e Licenciamento- Consulta Pública

4 Reavaliação do Regime e Escopo dos Serviços de Telecom – Aprovação Final

Revisão dos Contratos de Concessão

Revisão do Plano Geral de Metas de Universalização

5 Reavaliação dos processos de acompanhamento e controle- Aprovação Final

6 Reavaliação da Metodologia do PPDUR – Aprovação Final

Projetos Incluídos na Agenda

Franquia de banda larga – Neste caso, será feita apenas a avaliação do impacto regulatório este ano

Regras para Aprovação Final

Reavaliação da metodologia do PPDUR

Restituição e Compensação de Receitas Administrativas

Revogação do Regulamento de Receitas Adminis-

trativas

Revogação do Regulamento para Certificação do Cartão Indutivo

Destinação de Faixa Exclusiva para banda KA

Destinação de Faixa para a prorrogação do AMPS

Destinação de Faixa em 15 GHz

Destinação de Faixa para o SARC (serviço auxiliar de radiodifusão)

Regras para Consulta Pública

Processo Eletrônico na Anatel

Certificação e Homologação de transceptores ponto a ponto

Arrecadação de receitas tributárias da Anatel

Revogação de Práticas Telebras

Destinação de faixa de 148-174 MHz

Destinação de faixa para radioamador

Destinação de faixa para a banda S

Regulamentos que perdem a prioridade:

Compartilhamento de infraestrutura entre operadoras de telecom

Obrigações de Universalização

Plano Geral de Contas

Certificação e Homologação de Produtos de Telecomunicações

Modelo de Tratamento das Prestadoras de Pequeno Porte

Regulamentos da agenda concluídos:

Subsídio para decreto sobre neutralidade da rede

Regulamento sobre acessibilidade

Pesquisa de Qualidade percebida e de satisfação do usuário

Certificação de terminal fixo para o IPV6

Acompanhamento de infraestrutura crítica

Espectro para prestação de serviço aos pequenos



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

23/06/2016 - Convergência Digital

Anatel vai negociar com a Justiça eventual venda de ativos da Oi

Diante da aparente disposição da Oi de vender bens associados à concessão, como os mais de 7 mil imóveis listados pela empresa à CVM, a Anatel quer que a Justiça tenha cuidado com a continuidade dos serviços, especialmente em áreas onde a Oi é a única operadora, caso de mais de 300 municípios do país, ou em outros tantos onde a rede da empresa é imprescindível, mesmo para as concorrentes.

“ Em processos de recuperação judicial há um conjunto de ativos que podem fazer parte da proposta de recuperação. Em relação àqueles que afetam a continuidade dos serviços, queremos discutir com o juiz. A decisão é dele, obviamente, mas queremos nos manifestar sobre a conveniência ou não de vender”, afirmou o conselheiro Igor de Freitas, coordenador do grupo criado na Anatel para acompanhar os desdobramentos da recuperação judicial.

Mais do que isso, embora tenha feito um reiterado anúncio de que a agência não vê razões para intervir neste momento, Freitas admitiu que no caso dessas áreas mais críticas pode haver um movimento da Anatel.

“ Haverá um conjunto de medidas anunciadas de acordo com o sigilo necessário e no tempo adequado, para garantir a continuidade dos serviços prestados, e vamos aí além da concessão para outros serviços que são tão ou mais importantes que a telefonia fixa. Temos os mecanismos para intervir cirurgicamente onde for necessário, sem interferir no processo conduzido judicialmente e para garantir a continuidade da operação”, afirmou.

Segundo Freitas, há naturalmente um risco para o mercado de telecomunicações brasileiro, mas a Anatel acredita que a Oi tem condições de tocar o barco, pelo menos no curto prazo. “ Qualquer grande ope-

ração que entre em situação de fragilidade financeira a ponto de uma recuperação judicial gera risco ao sistema. Mas não há até o momento uma situação de imposição de atraso de repasse de pagamentos a fornecedores ou prestadores que implique risco iminente de descontinuidade da operação.”

“ Temos convicção de que a disponibilidade de caixa permite a manutenção da normalidade das operações da empresa ao longo dos próximos meses, mas isso também será objeto contínuo monitoramento. Esperamos que a redução de caixa da empresa com o pedido de recuperação judicial diminua o ritmo e que ela tenha mais tranquilidade e tempo para negociar e nisso não temos nada a intervir ou interferir. Nosso foco é no operacional, na garantia da prestação dos serviços onde a Oi tem uma rede importante, imprescindível à sociedade”, disse.

No mais, a Anatel é mais uma a entrar na fila dos credores. Ou assim entende a Oi, segundo a própria agência. “ A Oi entende que as dívidas com a Anatel fazem parte da recuperação judicial. Isso está sendo analisado pela nossa procuradoria especializada e vai ser dialogado com o juiz competente a partir da semana que vem em relação às dívidas fiscais, tributárias e não tributárias”, admitiu Freitas.

Com isso, o próprio Termo de Ajustamento de Conduta, pelo qual a agência aceitou trocar parte das multas da Oi por promessas de investimento, está congelado. “ O TAC está em apreciação no Tribunal de Condas da União e esperamos essa manifestação. Obviamente agora também a conclusão do processo de recuperação judicial, porque sua conclusão [do TAC] depende da disponibilidade financeira da empresa. O TAC está suspenso até o fim da recuperação judicial” .



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

24/06/2016 - Rede Brasil Atual

Maio tem perda de 72 mil vagas formais, mais da metade em serviços

Saldo negativo supera 448 mil empregos com carteira em 2016 e se aproxima de 1,8 milhão em 12 meses

O mês de maio manteve o movimento de queda no estoque de empregos com carteira assinada. De acordo com o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), do Ministério do Trabalho, o saldo entre contratações (1.209.991) e demissões (1.282.606) foi negativo em 72.615 postos de trabalho. O resultado foi melhor, no entanto, do que o mês de maio do ano passado, quando 115.559 vagas formais foram fechadas. No acumulado em 2015, a redução foi de 448.011 empregos. Nos últimos 12 meses completados no mês passado, de 1.781.906. Com o resultado, o estoque da ocupação com registro em carteira de trabalho alcançou 39.244.949 trabalhadores no país.

Segundo o Caged, a agricultura teve saldo positivo de 43.117 postos de trabalho no mês, melhor do que em abril (8.051) e do que em maio de 2015 (28.362). O crescimento, segundo o Ministério do Trabalho, se deve à sazonalidade ligada ao cultivo do café, princi-

palmente nos estados de Minas Gerais, responsável por 20.308 postos, e São Paulo, com saldo de 4.273 vagas.

O setor de administração pública também teve saldo positivo, com criação de 1.391 postos. Mas houve quedas importantes na construção civil (menos 28.740 vagas em maio) no comércio (menos 28.885), na indústria de (menos 21.162) e em serviços (menos 36.960).

Dados estaduais

O resultado do Caged foi positivo em Minas Gerais (9.304), Espírito Santo (1.226), Mato Grosso do Sul (562), Goiás (153) e Acre (147). Nos demais estados, houve queda. No Rio Grande do Sul foi registrada a maior retração (-15.829), influenciado pelo fator sazonal da agricultura (-3.723 postos). Houve ainda diminuição de vagas em São Paulo (-12.177 postos) e no Rio de Janeiro (-15.688).

24/06/2016 - Telesíntese

Claro,Oi e TIM devolvem algumas frequências em troca das garantias

As operadoras devolveram alguns lotes da licitação de 2,5 GHz e 450 MHz de 2012

A Anatel autorizou hoje, 24, a devolução de alguns milhões de reais em garantias de execução de compromissos de abrangência das Claro,Oi e TIM em razão de as operadoras terem devolvido alguns lotes de frequências da licitação de 2012.

Nessa licitação, a agência vendeu as frequências de 2,5 GHz e de 450 MHz para a oferta de banda larga móvel. As empresas devolvem o espectro,

mas não recebem o dinheiro de volta pelo que pagaram, apenas as garantias que depositaram para assegurar que as metas de cobertura seriam atendidas.

A Claro conseguiu liberar R\$ 149,3 milhões, Oi teve liberados R\$ 124,608 milhões, e a TIM R\$ 5,7 milhões.



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

23/06/2016 - Rede Brasil Atual

Crise na Oi mostra falta de compromisso do governo e da empresa com interesse público

"A empresa teve seu valor destruído. Ela sempre foi gerida em função dos acionistas controladores, e não do interesse público, nem sequer dos acionistas minoritários", diz analista do mercado de telecom

O processo que culminou com o pedido de recuperação judicial da operadora de telefonia Oi, na segunda-feira (20), reflete a falta de compromisso do governo federal e da iniciativa privada com o interesse público nas privatizações, afirma o presidente da Converge Comunicações, Rubens Glas-



berg, cuja empresa atua com notícias sobre o setor de telecomunicações desde 1992. "A empresa teve seu valor destruído. Ela sempre foi gerida em função dos acionistas controladores, e não em função do interesse público, nem sequer dos acionistas minoritários",

A Oi é a maior operadora de telefonia fixa do país, com 34,4% do mercado nacional, e é a quarta em telefonia celular (18,6%). A dívida, de R\$ 64,5 bilhões representa a maior do setor empresarial no país. Desse montante, R\$ 50 bilhões são dívida financeira e R\$ 14 bilhões representam contingências jurídicas, como multas da Anatel. A fornecedores a empresa deve R\$ 1,5 bilhão.

Em 2015 a empresa faturou R\$ 40,5 bilhões, mas isso representa pouco diante da dívida. "O fluxo de caixa proporcionado é menor do que os compromissos firmados. Por mais lucro que tenha, a empresa não dá conta de pagar os empréstimos", afirma Glasberg. O especialista concorda com a tese de que a Oi, criada a partir das privatizações do setor, em 1998, foi sangrada pelos acionistas. "A empresa, mesmo nessa

situação, pagava dividendos, que é a forma como os acionistas cobrem suas dívidas, porque não tiveram nem dinheiro para comprar essa empresa. A Oi deve para bancos e fundos que compraram bônus, a maior parte deles comprados por fundos internacionais", diz ainda.

Por conta dos credores internacionais, a empresa tem também representação de seu pedido de recuperação judicial na corte de falências de Nova York. "Tiveram de levar para a justiça internacional porque a dívida já está na mão de fundos abutres, como aqueles fundos que chantagearam a Argentina", afirma Glasberg, referindo-se à histórica moratória do país vizinho nos anos 2000.

Glasberg lembra que o projeto de privatização das teles foi elaborado na época do ministro de FHC Sérgio Motta, com consultoria norte-americana. "Acertou-se a empresa para ela dar uma margem de lucratividade bem alta", destaca. Mas ele também diz que a base da empresa, desde que surgiu, é a telefonia fixa, "uma tecnologia que já começava a morrer". Apesar de operar a telefonia em 16 estados, a Oi assumiu compromisso de levar infraestrutura de comunicações aos mais distantes rincões do país, o que também não se compatibilizou com o modelo de privatização seguido.



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

“ Eu digo que nós privatizamos o passado, quando o mundo já caminhava para a internet em banda larga”, afirma. A falta de compromisso com o interesse público é o “ xis” da questão, segundo o Glasberg.

Ele defende que o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva permitiu que o erro do modelo de privatização, que começou com FHC, se repetisse anos mais tarde. Em 2008, a empresa fundiu-se com a Brasil Telecom, e para viabilizar a fusão Lula teve de mudar a Lei Geral de Telecomunicações, para permitir maior concentração no setor, o que foi interpretado como casuísmo. “ Aí foi o grande erro do Lula, de dar uma saída para o Banco Opportunity (um dos investidores), em vez de processar e botar na cadeia o sujeito (o banqueiro Daniel Dantas)”, afirma.

Além de Dantas, a empresa tinha como investidores o grupo GP, o Citybank, a construtora Andrade Gutierrez e a La Fonte Telecom, ligada ao ex-governador do Ceará, o tucano Tasso Jereissati. “ Era sempre o governo bancando a saída ou resolvendo a situação de controladores, isso desde a criação da empresa até agora. Isso aí, queira ou não, vai acabar caindo na mão do governo de volta. Quem comprar a empresa, vai querer comprar livre de qualquer obrigação”, diz o analista, para quem o consumidor corre o risco de ter o serviço prejudicado se a empresa não se recuperar para garantir a continuidade da operação sob concessão. Ele também diz que “ corremos agora o risco de ter trocado o monopólio estatal por um cartel privado ou mesmo um monopólio privado. E o que é pior, com o poder decisório fora do país” .

26/06/2016 - Altamiro Borges

As crueldades de Temer, o antipovo!

Como vice-presidente “ decorativo”, Michel Temer conspirou nos bastidores contra a democracia. Já como presidente golpista, o Judas conspira contra os tímidos avanços sociais dos últimos anos. Ele é um típico Robin Hood às avessas: tira dos pobres para dar aos ricos. Em pouco tempo no Palácio do Planalto, o usurpador suspendeu o reajuste do “ Bolsa Família”, cortou o subsídio às camadas de baixa renda no “ Minha Casa Minha Vida” e aprovou um plano de ajuste que corta drasticamente os recursos para a educação. Ele também aguarda o melhor momento, possivelmente depois da votação definitiva do impeachment de Dilma, para anunciar as suas reformas trabalhista e previdenciária, que retirarão direitos histórico dos trabalhadores e penalizarão ainda mais os aposentados e pensionistas.

Na semana retrasada, o Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário do covil golpista anunciou a suspensão do reajuste de 9% previsto para junho no programa “ Bolsa Família”. O argumento usado foi o de que será feita uma reavaliação dos gastos da ges-

tão anterior. O decreto sobre o reajuste foi publicado em 6 de maio. Com o aumento, o valor médio do benefício pago às 13,8 milhões de famílias passaria de R\$ 162 para R\$ 176 mensais. De Recife, onde participava de um ato contra o “ golpe dos corruptos”, a presidenta Dilma reagiu indignada contra a “ mesquinaria” do Judas Michel Temer:

“ Hoje eles não pagaram o reajuste do Bolsa Família, de 9%, que nós tínhamos deixado os recursos e aprovado direitinho. Quanto custa isso? Menos de um bilhão de reais. Ao mesmo tempo, eles elevam o déficit público e dão aumento para todos que lhes interessam. Para o povo pobre desse país um bilhão é muito. Para os ricos 56 bilhões é pouco... É uma mesquinaria com o povo pobre desse país e mostra o verdadeiro intuito desse governo provisório, ilegítimo e interino, que é reduzir o máximo que puderem os direitos conquistados, os direitos sociais, principalmente dos mais pobres” .

Leia mais em:

<http://altamiroborges.blogspot.com.br/2016/06/as-crueldades-de-temer-o-antipovo.html>



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

26/06/2016 - Vermelho

Flávio Dino: Menos juros, mais empregos

O Brasil e o mundo vivem uma grave e múltipla crise: política, econômica e também de valores morais. Temos de enfrentá-la com soluções pactuadas, que resgatem o princípio de solidariedade e gerem empregos para melhorar a vida de todos. No caso do Brasil, isso passa essencialmente pela redução de juros – e não pelo corte de serviços públicos.

O rombo fiscal que se anuncia para o ano – de R\$ 170 bilhões – não pode ser combatido apenas com o sacrifício dos mais pobres. É o que pretende, por exemplo, a proposta de acabar com os reajustes do salário mínimo e aposentadoria. Há uma imensa parte invisível nessa conta do déficit, que come 50% do orçamento da União: o pagamento de juros da dívida. Um ajuste fiscal que faça jus ao nome deve enfrentar esse, que é o maior dos gastos públicos. Metade dos recursos colhidos de toda a sociedade, por meio de tributos, alimentam uma pequena elite do mercado financeiro, que são os donos dos títulos da dívida pública.

Somente em 2015, foram R\$ 367 bilhões em dinheiro público pagos em juros da dívida. Ou seja, só em um ano de juros que o Governo pagou aos bancos e grandes rentistas, os recursos pagariam todo o programa Bolsa Família por 15 anos somados. Não há ajuste fiscal que se realize com juros altos. É injusto socialmente limitar gastos de serviços públicos e manter ganhos estratosféricos de bancos e rentistas. Manter não, melhor dizendo, aumentá-los. Pois com a inflação declinante, em face do brutal e errôneo choque recessivo do ano passado, temos um aumento da taxa de juros em termos reais. Mesmo que o Banco Central não eleve as taxas, elas já estão subindo em termos reais pois está havendo queda da inflação.

Menos juros significaria menos peso também para empresas e famílias, gerando espaço para investimen-

tos e para mais dinamismo no setor de comércio e serviços. Reduzir os juros abriria oportunidades para um novo ciclo de crédito, o que é essencial para o país sair da crise.

É importante sempre destacar que a atual crise econômica é um fenômeno também mundial. Em alguns países gerando efeitos inimagináveis, como a taxa de 50% de desemprego entre jovens na Espanha. Soluções tristemente restritivas já vêm sendo levantadas em todo o mundo. Da expulsão de imigrantes na Europa à proposta de um candidato nos Estados Unidos de aumentar o muro com o México. Essas soluções que não se baseiam no princípio da solidariedade, essencial para vivermos em sociedade, não nos levam a bom termo. A restrição de serviços públicos – portanto, do tecido de solidariedade social – parte também do mesmo princípio individualista de que todos viveríamos melhor no espírito do “cada um por si”. Experiências históricas de quando essas ideias foram levadas ao extremo nos mostram que não é uma boa saída.

No caso brasileiro, nosso maior desafio nesse campo é enfrentar o principal gasto público, que cria desequilíbrio fiscal e trava crescimento. E passar a cobrar tributos de quem realmente pode pagá-los, com a tributação sobre grandes fortunas e sobre bancos. Eles, que lucraram todos esses anos com os períodos de crescimento econômico, é que têm de contribuir mais nesse período de recessão e crise. Os juros altos, associados à paralisação de obras federais e arrecadação em queda, formam uma realidade de sofrimento hoje no país. Reduzir os juros é o primeiro passo para fazer o melhor e mais justo ajuste fiscal.

***Artigo do governador do Maranhão, Flávio Dino, publicado no Jornal Pequeno deste domingo, 26 de junho de 2016**